



PERSPECTIVAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

VOL. 11, Nº 1, 2026 P. 118-141
ISSN: 2448-2390

O Marx sociólogo e economista de Croce e o tecnocapitalismo *

Marx as a sociologist and economist in Croce's view, and techno-capitalism

DOI: 10.20873/rpvn10v2-57

Claudio Tuozzolo

E-mail: claudio.tuozzolo@unich.it

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2037-1362>

Resumo:

Este artigo reconstrói a interpretação inicial de Benedetto Croce sobre Karl Marx, desenvolvida entre 1896 e 1899, destacando seu caráter realista e antimetafísico. Ele argumenta que o jovem Croce interpretou Marx

* Listas de siglas e abreviações:

Textos de Croce

CROCE, B.; TUOZZOLO, C. *Il materialismo*. B. Croce; C. Tuozzolo, *Il materialismo storico*. Aracne: Roma, 2024.

Loria: *Le teorie storiche del prof. Loria*, R. Tipografia Francesco Giannini & Figli: Napoli: 1897 (também em tradução francesa em "Le Devenir Social", II, 1896, pp. 881-905, com o título: *Les théories historiques de M. Loria*).

Mat900: B. Croce, *Materialismo storico ed economia marxistica. Saggi critici*. Remo Sandron: Milano; Palermo, 1900.

MseEm: B. Croce, *Materialismo storico ed economia marxistica*. A cura di M. Rascaglia e S. Zoppi Garampi, nota al testo di P. Craveri, 2 vol. Bibliopolis: Napoli, 2001.

Per la interpretazione: *Per la interpretazione e la critica di alcuni concetti del marxismo. Memoria letta all'accademia Pontaniana nella tornata del 21 novembre 1897 dal socio residente Benedetto Croce*. Stab. Tipografico della R. Università: Napoli, 1897 (extraído do volume XXVII dos Atti da Accademia Pontaniana); ed. francesa: *Essai d'interprétation et de critique de quelques concepts du marxisme*, em "Le Devenir Social", 1898, pp. 97-126 e 233-50.

Recenti interpretazioni: *Recenti interpretazioni della teoria marxistica del valore e polemiche intorno ad esse*. Extraído de "Riforma sociale", fasc. 5, anno VI, volume IX – Seconda serie. Ruox Frassati e Co: Torino, 1899.

Sulla concezione: *Sulla concezione materialistica della storia*. Tipografia della Regia Università: Napoli, 1896 (extraído do vol. XXVI dos Atti da Accademia Pontaniana). Também em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, pp. 185-209.

Una obiezione: *Una obiezione alla legge marxista della caduta del saggio del profitto*. Stab. Tipografico della Regia Università: Napoli, 1899.

Outros textos

Werke: K. Marx -F. Engels, *Werke*, (MEW), Dietz;

Bd. 23, Berlin 1962.

Bd. 25, Berlin 1964.

principalmente como sociólogo e economista, autor de uma crítica à sociedade capitalista baseada em análises históricas e econômicas, antes de sua posterior reinterpretação filosófica influenciada por Giovanni Gentile. Uma análise das interpretações de Croce sobre a teoria da mais-valia e a tendência à queda da taxa de lucro mostra como elas antecipam uma leitura não dogmática do marxismo, centrada na propriedade privada do capital, em vez da teoria do valor do trabalho, de validade universal. Essa perspectiva é, por fim, comparada às transformações do tecnocapitalismo contemporâneo, destacando seu poder interpretativo duradouro no que diz respeito aos processos de financeirização, automação e disseminação da inteligência artificial.

Palavras-chave

Croce. Gentile. Marx. Economia. Sociologia. Tecnocapitalismo. IA *versus* humanidade.

Abstract

This paper reconstructs Benedetto Croce's initial interpretation of Karl Marx, developed between 1896 and 1899, highlighting its realistic and anti-metaphysical character. It argues that the young Croce read Marx primarily as a sociologist and economist, the author of a critique of capitalist society based on historical and economic analysis, before his subsequent philosophical reinterpretation influenced by Giovanni Gentile. An examination of Croce's interpretations of the theory of surplus value and the tendency of the rate of profit to fall shows how they anticipate a non-dogmatic reading of Marxism, centred on private ownership of capital rather than the universally valid labour theory of value. This perspective is finally compared with the transformations of contemporary techno-capitalism, highlighting its enduring interpretative power regarding the processes of financialization, automation and the spread of artificial intelligence.

Keywords

Croce. Gentile. Marx. Economics. Sociology. Techno-capitalism. AI *versus* humanity.

A disputa acerca da verdadeira natureza da obra de Karl Marx atravessa profundamente o primeiro confronto cerrado entre Benedetto Croce e Giovanni Gentile. Essa disputa emerge da forma mais clara já na primeira e densa troca epistolar os dois filósofos italianos que, pouco tempo depois, iniciariam a dar corpo ao assim chamado Neoidealismo italiano, tornando-se as figuras de maior relevo no panorama filosófico da Itália na primeira metade do século XX.

A tese do Marx essencialmente “filósofo” está presente em Gentile desde os exórdios do seu confronto com o pensador alemão estimulados pela leitura da reflexão sobre Marx de Croce e de Antonio Labriola (que, como se sabe, nos primeiros anos, estimula, inspira e guia, a leitura crociana). A tese gentiliana tomará corpo nos dois ensaios reunidos em *La filosofia di Marx* de 1899¹. Esse texto terá uma incidência significativa sobre a forma na qual Croce lerá, depois de 1899, a obra de Marx, e em particular, sobre a ideia que mantém esta última permeada de “materialismo metafísico”. Trata-se de uma ideia desenvolvida com força por Gentile; e acolhida por Croce, de modo progressivo, a partir de 1899, mas inteiramente estranha à primeira leitura

¹ G. Gentile, *La filosofia di Marx*. Enrico Spoerri: Pisa, 1899.

crociana de Marx. Ou seja, estranha àquele que, já há muitos anos, eu mesmo defini como o “Marx possível” do jovem Croce², o Marx delineado por Croce nos anos mais intensos e fecundos da sua dedicação ao pensador alemão, o biênio 1896-1897.

Nessa circunstância, voltarei a evidenciar o valor dessa primeira leitura crociana de Marx (completamente distante da ideia de um “Marx sem *O capital*”, já corretamente criticada por muitas leituras novas do marxismo³). Tratou-se de uma interpretação do pensador alemão ainda não contaminada pela leitura “filosófica” do materialismo histórico delineada por Gentile, e justamente por isso, na minha perspectiva, essencialmente capaz de ler Marx como o autor capaz de inaugurar a chamada “*sociologia crítica do trabalho* capitalista”⁴. Depois, irei me deter também, ainda que de modo breve, sobre esse primeiro distanciamento significativo do Marx economista e sociólogo. Um distanciamento que, lentamente, amadurece em Croce, a partir de 1898, e que, depois, se explicita no ensaio de 1899 acerca da queda tendencial da taxa de lucro.

1. Capitalismo contemporâneo

Para compreender o sentido que pode ter, hoje, voltar a indagar a reflexão do jovem Croce sobre Marx, penso que seja necessário ter em mente as novas dinâmicas históricas que há algumas décadas caracterizam o capitalismo. Trata-se de dinâmicas que exigem repensar toda “teoria crítica” do mundo contemporâneo capaz de se inspirar, de modo mais ou menos direto, na *crítica da economia política* concebida que Marx concebeu em sua época, e a qual se volta o jovem Croce “labrioliano” nos anos 1890.

Nos últimos anos consolidou-se, não apenas entre os estudiosos, mas também na opinião pública, a ideia da absoluta novidade do capitalismo contemporâneo globalizado, e das suas

² Uma primeira abordagem mais ampla do ‘Marx possibile’ de Croce se encontra em C. Tuozzolo, “*Marx possibile*”. *Benedetto Croce teorico marxista 1896–1897*. Milano: Franco Angeli, 2008. Vê-se uma leitura aprofundada e mais recente em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, pp. 1-183.

³ Entre essas, cfr. em particular aquela proposta por R. Finelli. Veja-se, entre outros, os seus volumes, *Un parricidio mancato. Hegel e il giovane Marx* (Bollati Boringhieri: Torino, 2006) e *Un parricidio compiuto. Il confronto finale di Marx con Hegel* (Jaca Book: Milano, 2014), e o ensaio “Marxismi italiani”, em C. Tuozzolo (ed.), *Sul Marx in Italia*. Mimesis: Milano, 2022, pp. 19-38.

⁴ R. Finelli, *Marxismi italiani*. p. 29. Veja-se também nota 40.

relevantes diferenças em relação à sociedade capitalistas oitocentistas da época de Marx. Trata-se de uma novidade que no início deste milênio e, portanto, à época dos meus primeiros estudos críticos sobre o “marxismo crociano”, não estava ainda inteiramente nítida na realidade socioeconômica e na consciência da opinião pública. Um esclarecimento essencial acerca dela apareceu nos estudos sobre o *Finanzkapitalismus* (cujo valor e significado foi eficazmente explicitado em 2011 por Luciano Gallino⁵). Logo, no decurso dos últimos quinze anos, emergiu com uma evidência cada vez maior, a estreita conexão entre a financeirização do capital e a afirmação prepotente das mais avançadas tecnologias da informação que todos os dias investem sobre nossas vidas cotidianas, tonando-se formidáveis instrumentos do domínio universal do capital financeiro.

Penso que seja inteiramente aceitável a ideia que afirma que, hoje, o capitalismo se apoia na tecnologia da informação e tem características que o distinguem de modo significativo do capitalismo do século XIX e de grande parte capitalismo do século XX, apresentando-se como *tecnocapitalismo absoluto-financeiro*. Limitando-me, aqui, a enunciar esta tese, sem poder estender-me na argumentação a favor dela, considero que se possa afirmar, *em primeiro lugar*, que agora mais do que em todas as épocas passadas, o capitalismo (que é, como foi indicado por Marx a partir do primeiro e do segundo capítulo de *Das Kapital*, o “lugar em que as relações entre os homens são relações que se instituem entre as bens que esses possuem, e que, na verdade, *os possuem*” ⁶) domina em todos os lugares (observando não apenas as diversas áreas geográficas, mas, também, as diferentes esferas do nosso viver cotidiano). A consequência econômica mais imediata desse estender-se do capitalismo em todos os espaços é, pois, a aceleração do fenômeno peculiar de todo capitalismo: a transformação da riqueza em capital. Hoje, volumes de riqueza sempre maiores são, dessa maneira, postas a serviço da produção de nova riqueza, seguindo ações específicas promovidas pelos Estados e por organismos internacionais (como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, mas entre esses pode ser, na minha

⁵ L. Gallino, *Finanzkapitalismus*. Einaudi: Torino, 2011.

⁶ K. Marx; F. Engels, *Werke* (MEW), Bd. 23, pp. 99-100.; cfr. K. Marx, *Il Capitale*. Editori Riuniti: Roma, 1980, I, pp. 117-8.

visão, arrolada também a União Europeia, cujas políticas a favor da globalização capitalista tiveram enorme eficácia entre os anos 1980 e a primeira década do novo século, quando começou a se mostrar evidente a marginalização da Europa no contexto mundial, resultado da forma com que os processos de globalização foram conduzidos pelas classes dirigentes europeias e mundiais). Trata-se de volumes imensos de riqueza (prevalentemente financeira) tanto privada (coma aquela controlada pelas grandes Corporações hi-tech, nascidas naquele que chamávamos o “Ocidente capitalista”) quanto de Estado (como a riqueza gerenciada, de forma mais ou menos direta, pela classe política chinesa; uma riqueza que nasceu e se consolidou no contexto daquelas formas políticas que foram oportunamente definidas como “capitalismo de Estado”).

Em segundo lugar, parece necessário recordar aqui, para sublinhar as mais relevantes diferenças entre o capitalismo industrial dos séculos XIX e XX e o atual *tecnocapitalismo absoluto-financeiro*, é o fato de que neste último, a riqueza transformada em capital se torne mais autônoma, enquanto a tecno-financeirização da produção (e, de maneira geral, de toda a economia) facilita esta segunda característica essencial de todo capitalismo. Marx, em *Das Kapital*, apreendeu com grande nitidez este aspecto “teológico-antropológico” da alienação capitalista, indicando como elemento estrutural das sociedades nas quais domina o modo de produção capitalista a separação (e, portanto, a autonomização) das riquezas em relação aos homens, ou seja, a sua transformação em um poder abstrato “metafísica”, em novo Deus, em novo Absoluto. Hoje, parece central o fato de que o componente do capital constituído pelas máquinas (e que deve se distinguir do seu segundo componente, a saber, daquilo que Marx chamava “capital variável” e que os economistas contemporâneos e a linguagem jornalística indicam, na maioria das vezes, com o termo “capital humano”) torna-se, progressivamente, sempre mais autônomo em relação aos homens. Revela-se, em particular, que por meio de máquinas inteligentes, e, sobretudo, através do uso da inteligência artificial, o capital está tomando cada vez mais o controle: (a) por um lado, pela produção, através da *automação dos processos produtivos*, (b) por outro, pelo mercado, mediante a *automação das trocas comerciais*, antes de tudo pelos intercâmbios financeiros, que representam, de longe, a maior parcela da troca de mercadorias nos mercados mundiais.

Do ponto de vista socioeconômico, a automação da riqueza tornada capital gera, hoje, dois fenômenos substancialmente estranhos à época do capitalismo industrial dos séculos XIX e XX. No mundo contemporâneo, assistimos ao declínio (a) da classe trabalhadora (ou seja, gerou-se o fenômeno nomeado “fim do trabalho”, descrito de forma eficiente já no final do século passado por J. Rifkin) e àquele (b) da burguesia. Este é o evento mais revolucionário diante do qual nos encontramos, e que, de algum modo, Marx já havia começado a indicar quando, no terceiro volume do *Capital*, descreveu a última fase do capitalismo como aquela na qual, com o desenvolvimento das finanças e da Bolsa, entra em crise a figura do “capitalista efetivamente atuante” (isto é, do empreendedor).

2. O Marx realista de Croce

Toda leitura de Marx que queira confrontar-se com os resultados da sua obra dever ter em mente que o pensador alemão, por sua vez, deu-se à análise crítica da sociedade em que vivia, ou seja, daquela que ele, já nas primeiras páginas de *Das Kapital*, chama “a nossa sociedade capitalista”⁷. A meu ver, uma contribuição importante da leitura de Marx proposta pelo jovem Croce, no final do século XIX, consiste em ter mantido presente esse objetivo fundamental da obra marxiana.

E é esta a primeira razão da atualidade de tal leitura para quem, hoje, se interessa em confrontar-se com os problemas econômicos e histórico-sociais do mundo contemporâneo. Como já acenei (recordando a distância, nesse ponto, com o jovem Gentile), Croce, no final do século XIX, não vê em Marx prioritariamente um filósofo, um filósofo da política e da história, mas um pensador interessado (com certeza por razões morais e políticas) na análise realista da sociedade e da sua história. Eis o sentido do primeiro ensaio teórico crociano sobre Marx, a *Memoria Pontaniana* de maio de 1896, *Sulla concezione materialistica della storia*⁸.

⁷ Op. cit., p. 58; ed. it. cit. p. 76.

⁸ *Sulla concezione*.

Para a *Memória*, Marx é um pensador “realista” porque é um materialista histórico. Evidentemente, segundo o jovem pensador abruzzês (que, naquele momento, considera-se, rigorosamente, na esteira de Antonio Labriola), o realismo de Marx deriva do fato de ele ser, sim, “materialista”, mas no sentido que a palavra assume na expressão “materialismo *histórico*” expressão na qual o significado do materialismo é esclarecido pelo adjetivo “*histórico*”. Transparece em cada página da breve *Memória* a convicção do autor segundo a qual o que é “histórico” (e, portanto, também o *historiador*, ou seja, aquele que indaga os fatos da história) não é *metafísico*. Que Marx e o verdadeiro marxismo sejam completamente *antimetafísicos* é a tese essencial do ensaio de maio de 1896. Croce a proclama de modo particularmente claro em sua conclusão. Ele escreve:

E, concluindo, retorno ao lamento, que já fiz, contra esta denominação de *materialismo*, que, neste caso, não tem razão de ser, e dá origem a tantos mal-entendidos e serve ao jogo dos adversários. Quanto à história, eu me contentaria de bom grado com a denominação de *concepção realista da história*, que representa a oposição a todas as teologias e metafísicas no campo da história, e é suficientemente ampla para acolher em si tanto a contribuição que o socialismo trouxe à consciência histórica quanto aquelas que, no futuro, poderão provir de qualquer outra parte. Porque o amigo Labriola não deve atribuir, no fundo de seu pensamento, demasiada importância aos adjetivos *último* e *definitivo*, que escaparam em sua escrita. Não foi ele mesmo quem certa vez me contou que Engels ainda esperava outras descobertas que nos ajudassem a compreender esse mistério que nós mesmos produzimos e que é a história?⁹

Logo, seria oportuno não chamar *materialismo* o “materialismo histórico”, porque este (isto é, “a contribuição que o socialismo trouxe à consciência histórica”) deve ser inserido na “*concepção realista da história*”, que, na verdade, “é suficientemente ampla para acolher em si” o materialismo *histórico* e representa “a oposição a todas as teologias e metafísicas no campo da história”. Partindo da justa concepção da história, ou seja, da concepção “*realista*” (e caracterizado por essa essência), o “*materialismo*” de Marx coopera, segundo o ensaio de Croce, na batalha contra a metafísica, na qual também o jovem pensador abruzzês está empenhado, pondo-se na senda de Francesco De Sactis e de Antonio Labriola.

O acordo fundamental com “o amigo Labriola” não entra em discussão no ensaio de maio de 1896 (evidentemente, o ensaio toma como ponto de partida o realismo da reflexão

⁹ *Sulla concezione*, p. 17-8 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, pp. 203-4].

“neokantiana” de inspiração herbartiana desenvolvida por Labriola na *Preleção* de 28 de fevereiro de 1887, *I problemi della filosofia della storia*¹⁰, lida como fundamento do marxismo que ele viria a conceber posteriormente). Mas Croce, no trecho citado, reitera ao amigo quanto ao já afirmado poucas páginas antes, quer dizer, que o materialismo histórico corretamente concebido no labrioliano *Del materialismo storico, dilucidazioni preliminari*¹¹, nega o que é “último e definitivo” no campo da consciência histórica. “*Não é uma filosofia da história*”. Para Croce é uma verdade claramente defendida por Labriola, mesmo que ele, “em suas palavras, diga talvez justamente o contrário”¹².

O ponto é que o Croce de maio de 1896, está convencido de poder concordar com “o amigo Labriola” acerca do fato de que o materialismo *histórico*, apesar do que afirmam a seu respeito falsos intérpretes como A. Loira e G. V. Plechanov, é parte da “*concepção realista da história*, que representa a oposição a todas as teologias e metafísicas no campo da história”¹³, isto é, parte daquela “reação filosófica do realismo”, graças à qual “a filosofia da história foi ferida de morte”, enquanto tal “reação filosófica” “lançou por terra as construções erguidas pela teologia e pelo misticismo metafísico”¹⁴.

¹⁰ Antonio Labriola, *I problemi della filosofia della storia. Prelezione letta nella Università di Roma il 28 febbraio 1887*. Loescher: Roma, 1887.

¹¹ Do volume publicado em Roma por E. Loescher (1896), que Croce quer promover. A *Memoria* de 3 maio de 1896, apresentava seus conteúdos a um público culto ainda maior desde o momento inicial de sua circulação. Sobre isso, e de modo mais geral sobre as vicissitudes biográficas acerca da relação Croce-Labriola nessa época, cfr. E. Cutinelli-Rendina, *Benedetto Croce. Una vita per la nuova Italia. I. Genesi di una vocazione civile (1866-1918)*. Aragno: Torino, 2022, pp. 125 *et seq.* (em particular pp. 146-7), P. D'Angelo, *Benedetto Croce. La biografia. I. Gli anni 1866-1918*. Il Mulino: Bologna, 2023, pp. 135 *et seq.* e a edição revista e ampliada do importante comentário ao texto de P. Craveri publicada em MseEm, que se encontra em C. Tuozzolo (ed.), *Marx in Italia. Ricerche nel bicentenario della nascita di Karl Marx*. Aracne: Roma, 2020, tomo I, pp. 291 *et seq.*

¹² “Para quem ler o livro de Labriola e procurar extrair dele um conceito preciso da nova doutrina histórica, um primeiro resultado deve aparecer evidente, que resumo na seguinte proposição: ‘O chamado materialismo histórico *não é uma filosofia da história*’. Labriola não formula essa negação de forma explícita; pelo contrário, se quisermos, em palavras, ele às vezes diz exatamente o inverso”. Nesse ponto, em uma nota de rodapé, Croce acrescenta: “Ele a chama, certa vez, de ‘a última e definitiva filosofia da história’, e prossegue: “Mas a negação, se não me engano, está implícita nas limitações e restrições que ele impõe ao alcance da doutrina”. (*Sulla concezione*, p. 4 e nota 2 di p. 4 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, p. 190]; cfr. Mat900, p. 12 e nota 2 da p. 12; v. MseEm, p. 18).

¹³ *Sulla concezione*, p. 17-8 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, pp. 203-4]; cfr. acima nota 9.

¹⁴ *Sulla concezione*, p. 4 e nota 2 da p. 4 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, p. 190]; cfr. Mat900, p. 12 e nota 2 da p. 12; v. MseEm, p.18.

É evidente que a passagem que encerra a *Memória* de maio de 1896, encontra justamente em Engels um inimigo da teologia e do “misticismo metafísico” que proclamam a validade da *filosofia da história* pretendendo indicar a teoria “última e definitiva” da história: Engels, Croce recorda para Labriola, “ainda esperava outras descobertas”, além daquelas feitas pelo materialismo histórico. Estas últimas não são, portanto, entendidas como um conjunto fechado de doutrinas, isto é, não são apreendidas (seguindo a “teologia” e o “misticismo metafísico”) como o que explica de modo “*definitivo e último*” “esse mistério que nós mesmos fazemos, e que é a história”¹⁵.

Naturalmente, a história, para o jovem Croce de 1896, se apresenta, de modo complexo, como um “mistério”, do qual *partes singulares* são, contudo, discerníveis, e no qual, na medida em que além ao procedimento dos que (como os autores do materialismo *histórico*) adotam o “realismo” (a “*concepção realista da história*”), é sempre possível fazer *novas* “descobertas”. Mas, de toda forma, qualquer que seja o “mistério” que é a história, não é, nunca, um mistério *místico* e metafísico, não tem a indeterminação do *misticismo teológico*. A aversão de Croce em relação às obscuridades místicas (que, como se sabe, retornará com força no momento em que o filósofo tiver de enfrentar o *atualismo* nascente, quer dizer, o renascimento do *misticismo* no seio idealismo que, juntamente ao amigo Giovanni Gentile, ele quis fazer ressurgir nos primeiros anos do século XX¹⁶) se manifesta, assim, desde os exórdios do seu filosofar. Por outro lado, para a *Memória* de maio de 1986, esse “mistério” que é a história não só pode ser, em muitas de suas partes, descoberto, como também, sob um determinado ponto de vista, não é, de fato, misterioso. Não há nada de misterioso em sua *origem*: “nós mesmos fazemos (...) a história”¹⁷.

Croce encontra no materialismo histórico e, em especial, em Engels as duas convicções que sustenta a respeito da história. Este último, recorda a *Memoria*, não apenas foi aquele que “ainda esperava outras descobertas”, mas é também o autor com o qual “se pode repetir (...) que

¹⁵ *Sulla concezione*, p. 17-8 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, pp. 203-4]; cfr. acima nota 9.

¹⁶ Cfr. a nota “*Una discussione tra filosofi amici*” que contrapõe Croce e Gentile entre 1913 e 1914. Quanto à crítica de Croce ao misticismo atual, veja-se, sobretudo, o ensaio (publicado em *La Voce*, v. V, n. 46, 13 de novembro de 1913) *Intorno all'idealismo attuale. Una discussione tra filosofi amici*, republicado em *Conversazioni critiche*. Laterza: Bari, 1924, pp. 67-82 ; cfr. em particular pp. 71 *et seq.*

¹⁷ *Sulla concezione*, p. 17-8 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, pp. 203-4]. Cfr. acima nota 9.

‘os próprios homens fazem a história’¹⁸. O mote do “realismo” que *retira a história dos homens das mãos de Deus* e a historiografia das mações dos filósofos da história é o próprio lema do materialismo *histórico*.

Como se vê, Croce ao polemizar, em nome da “reação filosófica do realismo”, contra as teologias e o misticismo, propõe, na minha interpretação, uma leitura “efetivamente liberal” do materialismo histórico, enquanto faz dele um fenômeno intimamente aberto (aberto, antes de tudo, a “outras descobertas”) e antidogmático.

Mas se o materialismo histórico (que é “a contribuição que o socialismo traz à consciência histórica”¹⁹) não é uma *teoria absoluta=metafísica* da história, então, o que ele seria?

É, Croce observa, um conjunto de “visões”, observações ou leis “aproximativas”; com efeito, apenas as leis aproximativas identificadas por quem se atém a uma “*concepção realista*» permitem indagar a história de forma adequada: os cientistas *puros* (= “frios e circunspectos cientistas de gabinete” que dão vida às ciências “propriamente ditas”) *não* podem fazer as “tão fecundas descobertas” de que Marx foi capaz (ou seja, o materialismo histórico). Na *Memoria* de maio 1896, lê-se:

O materialismo histórico nasceu da necessidade de compreender uma determinada configuração social, e não de uma pesquisa abstrata acerca dos fatores da vida histórica; formou-se na mente de políticos e revolucionários, não de frios e circunspectos cientistas de gabinete.

Alguém poderá dizer: mas, se a teoria não é verdadeira em sentido absoluto, qual é então a descoberta? Onde reside a novidade? – Quem assim falasse, mostraria acreditar que o progresso intelectual consiste unicamente no aperfeiçoamento dos esquemas e das categorias abstratas do pensamento.

Ao lado das teorias, não têm valor também as observações aproximativas, o conhecimento daquilo que geralmente acontece, em suma, de tudo aquilo que se chama experiência da vida e que pode ser expresso em fórmulas gerais, mas não absolutas? Com essa limitação, quer dizer, subentendendo sempre um *mais ou menos* e um *aproximadamente*, são descobertas verdadeiras e extremamente fecundas para compreender a vida e a história, a afirmação da recíproca dependência de todas as partes da vida e da gênese delas a partir do substrato econômico, de tal modo que se pode dizer que não existe senão uma única história; a descoberta da real natureza do Estado, considerado como instituição de defesa da classe dominante; a constatação da dependência das ideologias em relação aos interesses de classe; a coincidência dos grandes períodos

¹⁸ *Sulla concezione*, p. 13 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, p. 199]. Cfr. acima nota 20.

¹⁹ *Sulla concezione*, p. 17-8 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, pp. 203-4]. Cfr. acima nota 9.

históricos com os grandes períodos econômicos; e as muitas outras observações que enriquecem a escola do materialismo histórico²⁰.

As “descobertas” (ou “visões”) do materialismo histórico são, portanto, “aproximativas”, porque não são *abstratas*, absolutas e dogmáticas (como as *teorias* propriamente ditas); são, antes, observações filhas do *realismo histórico*, que não pretende transformar a historiografia numa ciência pura = abstrata como a metafísica²¹. O “*mais ou menos*” que essas contêm *não é filho da indeterminação confusa que caracteriza o misticismo metafísico*, mas do *realismo prudente do historiador*, um realismo que sabe que as “fórmulas” com as quais são descritas “a experiência da vida” são, sim, “gerais”, “mas não absolutas”²²: elas são utilizadas sem esquecer a unicidade e a irrepetibilidade dos eventos históricos e, portanto, lembrando que, aqui, as observações “gerais” são apenas “auxílios” a verificar e utilizar, *caso por caso*²³.

O que, de todo modo, convém sublinhar aqui é o fato de que a descoberta=percepção mais importante do materialismo histórico é, para o jovem Croce, que entre 1895 e 1899 se dedicou um estudo aprofundado das obras de Marx e dos marxistas, a *teoria da mais-valia*. Lendo com atenção os escritos crocianos desse período (em particular os do biênio 1896-1897), compreende-se facilmente que o autor considera essa teoria o produto mais relevante do materialismo histórico, isto é, a maior “contribuição que o socialismo traz à consciência histórica”.

²⁰ Em seguida, Croce acrescenta: “E, sempre com as limitações acima mencionadas, pode-se repetir com Engels: ‘que os homens fazem sua própria história, mas em um determinado contexto, com base em condições reais pré-existentes, entre as quais as condições econômicas, por mais que possam sofrer a influência de outras políticas e ideologias, são, em última análise, as decisivas e formam o fio condutor que atravessa toda a história e orienta sua compreensão’” (*Sulla concezione*, pp. 12-3 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, pp. 198-9]).

²¹ De acordo com a crociana *classificação do cognoscível* de 1895, “a metafísica” (a “ciência dos princípios da realidade”) é uma ciência pura ou “própria”: é uma das “ciências *teóricas* ou de *conceitos* (...) destinadas a (...) reduzir as coisas aos seus conceitos” (“L’arte, la storia e la classificazione generale dello scibile” em B. Croce, *Il concetto della storia nelle sue relazioni col concetto dell’arte. Ricerche e discussioni*, 2ª edição com muitas adições, Loescher: Roma, 1896, pp. 122 e 127 [agora em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, pp. 222 e 227]).

²² *Sulla concezione*, pp. 12-3 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, pp. 198-9]. Cfr. acima nota 20.

²³ A respeito de uma das mais importantes “descobertas” (= observações *aproximadas*) feitas pelo materialismo histórico (ou seja, a já mencionada “coordenação e subordinação dos fatores”, entre os quais se destacam, “em última análise”, “as condições econômicas”; cf. nota 20 acima), Croce escreve: “Essa coordenação e subordinação dos fatores, que o materialismo histórico indica em sua generalidade, na maioria dos casos e de maneira aproximada, deve ser tornada precisa e definitiva pelo historiador para cada caso específico”. (*Sulla concezione*, p. 14 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, p. 200]; cfr. Mat900, pp. 29-30 e MseEm, pp. 30 e 368).

A esse respeito, deve-se notar que Croce não cita essa teoria quando, na passagem trazida acima, recorda as “verdadeiras e fecundíssimas descobertas, para compreender a vida e a história” proporcionadas pelo materialismo histórico. No entanto, ele a menciona no final da *Memoria*, imediatamente antes da passagem conclusiva já evocada. A profunda afinidade entre essa teoria (isto é, o “conceito de mais-valia”) e as outras “descobertas” torna-se evidente se se leva em conta o fato de que Croce, também nesse caso, identifica como “pressuposto” da descoberta não a atitude abstrata da ciência propriamente dita (dos “frios e circunspectos cientistas de gabinete”), mas aquilo que ele havia chamado de “cabeça de políticos e revolucionários” e que aqui retoma ao falar positivamente do “socialismo”, da sua distância em relação ao “materialismo” e de sua implicação do caráter “ideal e absoluto da moral”, que, evidentemente, para o jovem Croce, é o que permite ao historiador, ao *realismo*, afastar-se das abstrações da “economia pura”. Croce escreve:

A questão do valor intrínseco e absoluto do ideal moral, de sua redutibilidade ou irredutibilidade à verdade intelectual, permanece intacta.
 E talvez tivesse sido oportuno que Labriola tivesse insistido um pouco mais nesse aspecto (...). Não será sem influência, nesse ponto, a denominação de *materialismo*, que faz imediatamente pensar no interesse bem compreendido e no cálculo dos prazeres. Mas é evidente que o caráter ideal e absoluto da moral, no sentido filosófico da palavra, constitui um pressuposto necessário do socialismo. O próprio conceito de *mais-valia* não é, talvez, um conceito moral, embora, para pôr a descoberto o fato em sua simplicidade originária, tenham sido necessários a Karl Marx todos os recursos técnicos da economia científica? Em economia pura, pode-se falar de uma mais-valia? O operário não vende sua força de trabalho precisamente pelo que ela vale, dada a sua situação na sociedade atual? Sem esse pressuposto moral, como se explicaria não apenas a ação política de Marx, mas também aquele tom de violenta indignação e de amarga sátira que se faz sentir em cada página de *O Capital*?²⁴

3. Marx sociólogo e economista

Introduzimo-nos, assim, no segundo aspecto da questão de que trata a presente reflexão. Deixemos o Marx *realista histórico* (= materialista histórico), quer dizer, as observações do jovem Croce sobre aquilo que lhe parecem ser os traços característicos do “método” seguido efetivamente por Marx para conhecer a história, um “método” reconduzível, segundo a *Memoria* de maio de 1896, à “reação filosófica do realismo”, ou seja, à “concepção realística da história”.

²⁴ *Sulla concezione*, p. 17 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, p. 203]; cfr. MseEm, pp. 34 e 372.

Passemos ao “Marx sociólogo e economista” de que fala o último trecho citado da *Memoria Pontaniana*. Na verdade, porém, entre os dois termos há uma estrita conexão: a escolha do método realista permite a Marx, para o Croce dos anos de 1896-1899, fazer preciosas “descobertas” econômicas.

Trata-se de descobertas que, evidentemente, para o jovem estudioso italiano, têm as características de “fórmulas gerais, mas não absolutas”²⁵. Ora, ele dedica uma particular atenção a *duas* “fórmulas gerais”, a duas *leis*, da economia marxiana: a (3.1) teoria da mais-valia e a (3.2) teoria da queda tendencial da taxa de lucro. Se a atenção é dirigida a essas duas leis, o modo no qual Marx entende (e sua) a teoria do valor=trabalho, em seu tempo definida por Adam Smith e David Ricardo, é delineado, nesse contexto, como premissa da interpretação dos outros temas estudados pela economia marxiana. De todo modo, é assinalada a indubitável capacidade do jovem Croce de se confrontar (e de confrontar a própria Ideia de “materialismo histórico = ‘realismo’”) com as teorias fundamentais do já recordado “Marx com *Il capitale*” (com efeito, em nada contaminado pela gentiliana leitura filosófica do marxismo). De fato, se, por um lado, Croce se empenha na tentativa de esclarecer aquela que é, com certeza, a (3.1) tese mais nova e original do *Marx economista*, a teoria da mais-valia, por outro, procura definir o sentido e os limites da outra (3.2) tese marxiana que, entre o fim do século XIX e o início do século XX, estava se tornando um dos dogmas econômicos capazes de guiar a ação prática dos partidos socialistas de inspiração marxista, cada vez mais relevantes na dialética política interna aos Estados mais avançados do ponto de vista capitalista e, portanto, na cena política internacional.

3.1 Mais-valia, teoria da usurpação e comparação elíptica

Como é sabido, Croce explica a teoria da mais-valia=mais-trabalho recorrendo à sua tese de *comparação elíptica*. Uma comparação definida como elíptica, quer dizer, escondida e não explicitada por Marx. Croce explicita tal comparação delineando aquilo que, em sua perspectiva, Marx teria efetivamente defendido se tivesse tido plena consciência do próprio “método” (do

²⁵ *Sulla concezione*, pp. 12-3 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, pp. 198-9]. Cfr. acima nota 20.

“materialismo histórico” assim como “o entendiam Marx e Engels no fundo de seu pensamento”²⁶), ou seja, se tivesse tido plena consciência do referido “realismo” que é a essência do materialismo *histórico* que os marxistas dogmáticos (como Plechanov) ignoram²⁷.

A primeira explicitação da teoria da mais-valia como comparação elíptica está no seguinte trecho do chamado *Antiloria*, cuja redação remonta ao final de 1896.

A bem dizer, a teoria desenvolvida por Ricardo e aperfeiçoada por Marx não é uma teoria geral do valor, ou seja, não é propriamente uma teoria do valor. Essa teoria geral é, ao contrário, o tema da escola edonista ou austríaca. – Qual seria, então, a concepção do valor no *Capital* de Marx? É a determinação daquela particular formação de valor que tem lugar em uma dada sociedade (capitalista) *enquanto diverge* daquela que teria lugar em uma sociedade hipotética e *típica*. É, em suma, *a comparação entre dois valores concretos*. Essa *comparação elíptica* forma uma das principais dificuldades para a compreensão da obra de Marx. Em economia pura, o valor de um bem é igual à soma dos esforços (penas, sacrifícios, abstenções etc.) que são necessários para a reprodução; e salários e lucro do capital são, ambos, economicamente necessários à sociedade capitalista. É impossível chegar, por dedução puramente econômica, a circunscrever o valor das mercadorias somente ao *trabalho*, excluindo deste a parte do capital e, portanto, a considerar o lucro como resultado do mais-trabalho não pago, e os preços como um desvio dos valores reais causado pela concorrência dos capitalistas – se não se leva em conta, como *tipo*, um outro valor (concreto), ou seja, o valor que teria os bens suscetíveis de aumento mediante o trabalho numa sociedade em que não existissem os entraves da sociedade capitalista e a força-trabalho não fosse uma mercadoria. Medite-se aquela passagem em que Marx diz que a natureza do valor não pode aparecer claramente senão numa sociedade em que “O conceito de igualdade humana tenha alcançado a solidez de uma preconcepção popular”, e vejam-se também, nesse mesmo trecho, as observações sobre os conceitos econômicos de Aristóteles (vol. I, 4ª ediz., pp. 26-7). De fato, é evidente que, se a força de trabalho fosse considerada como uma força puramente natural, como a fecundidade da terra ou do trabalho animal, não haveria modo de estabelecer mais-valia. A igualdade humana, proclamada e pressuposta na sociedade capitalista, é o que põe em condições de taxar como *mais-trabalho* e *mais-valia* a origem do lucro²⁸.

O núcleo da interpretação da teoria da mais-valia como comparação elíptica está na ideia segundo a qual a mais-valia se origina da *desigualdade de riqueza* (presente na sociedade capitalista e ausente “em uma sociedade hipotética e *típica*” “na qual não existem os entraves da sociedade capitalista”). Os “entraves” a que Croce se refere aqui são, na verdade, os *obstáculos* que o capital põe à lei do valor-trabalho de que falava Engels (em *Wertgesetz und Profitrate*) contestando Loira e observando que a lei do valor-trabalho é uma lei que dominou por muitos

²⁶ *Per la interpretazione*, p. 22; cfr. Mat900, p. 118.

²⁷ Dito de outro modo, a explicitação da comparação elíptica coincide com a delineação de um aspecto essencial do crociano “Marx possível” mencionado acima.

²⁸ *Loria*, pp. 15-6 nota 2; cfr. Mat900, pp. 52-4 e MseEm, pp. 45-6.

milênios, e que, depois, com a afirmação do capitalismo, foi cada vez mais “obstaculizada”, quer dizer, “violada (*durchbrochen*)”²⁹. Os “entraves” que o capital levanta contra o funcionamento irrestrito da lei “valor=trabalho” são aqueles derivados do surgimento do burguês-capitalista em detrimento daqueles produtores independentes que são trabalhadores que possuem os meios de produção; trabalhadores que, para Croce, compõem a “sociedade hipotética e típica” com a qual Marx compara de forma implícita a sociedade capitalista. O fato é que, nesta última sociedade, a *desigualdade de riqueza* constitui um obstáculo ao funcionamento da lei valor=trabalho, ou mais exatamente, a circunstância que, aqui, a *riqueza*, quer dizer, a totalidade dos *meios de produção*, não é concedida a todos: é só de alguns (os burgueses=capitalistas), enquanto outros não podem fazer mais do que *vender* a própria força de trabalho. Para Croce, caracteriza o capitalismo a presença do “capital apropriado”³⁰. Trata-se do fato (o “capital *approprié*”, isto é, “le capital qui ‘*fonctionne dans les mains des capitalistes*’”) indicado como o objetivo polêmico de Marx já por Pareto em 1893³¹.

Prescindindo aqui de uma reflexão detalhada acerca da origem histórica e, depois, do modo como se articula exatamente a interpretação crociana da teoria da mais-valia, parece útil deter-se sobre o elemento que a torna atualmente interessante. O ponto característico dessa é indicado em *não fazer depender a descoberta marxiana da mais-valia*, ou seja, do mais-trabalho ao qual são obrigados os trabalhadores na sociedade capitalista, *da validade absoluta da lei valor=trabalho vivo*.

Dito de outro modo, a tese crociana que identifica a teoria da mais-valia com um procedimento científico comparativo que põe em confronto a sociedade com “capital apropriado”

²⁹ *Werke*, Bd. 25, pp. 907 *et seq.*; cf. K. Marx, *Il Capitale*, III, pp. 37 *et seq.* O Croce de 1896-1897 tem bem presentes essas páginas nas quais: “Engels fazia uma incursão no campo da história econômica para mostrar que a lei do valor de Marx, ou seja, a igualdade do valor com o trabalho socialmente necessário, *dominou* por vários milhares de anos” (*Per la interpretazione*, p. 11 e nota 2 da p. 11; ed. francesa pp. 107-8 e nota 1 da p. 108; Mat900, pp. 100-1 e nota 1 da p. 101).

³⁰ *Per la interpretazione*, p. 11 e nota 2 p. 11; ed. fr. pp. 107-8 e nota 1 p. 108; Mat900, pp. 100-1 e nota 1 p. 101; cfr. também *Per la interpretazione*, p. 2 e Mat900, p. 87 e *Recenti interpretazioni*, p. 7; cfr. Mat900, p. 192.

³¹ V. Pareto, *Introduction a Le Capital. Edizione critica con il testo a fronte e le risposte di Turati, Bissolati, Guindani e Lafargue*, a cura di P. Della Pelle, *Prefazione* di C. Tuozzolo. Aracne: Canterano (RM), 2018, p. 116. Sobre essa questão, remeto a este volume e, em particular, ao que já foi destacado em C. Tuozzolo, *Un aspetto dell'incidenza dell'Introduction di Pareto sul 'paragone ellittico' di Benedetto Croce*, pp. 293-306.

com uma sociedade hipotética onde o capital não é apropriado (isto é, onde *não existe* o capitalista, mas apenas produtores-trabalhadores que são proprietários dos meios com os quais produzem) é *pós-ideológica*. E o é tanto quanto a tese de Piero Sraffa sobre o *mais-produto* “neutral” (tese que define o *plus* como *indiferente* em relação à sua origem)³². De fato, a tese crociana sobre a “comparação elíptica”, afirma substancialmente que, no modo de produção capitalista, o *neovalor* é produto não apenas da força trabalho (do trabalho *vivo*), mas, também, do capital (do trabalho acumulado, e, por exemplo, das máquinas), sendo verdadeira a tese neoclássica acerca da legitimidade econômica do lucro (tese daqueles que Marx chamava os “economistas burgueses”), *isso não colocaria em discussão a validade da descoberta marxiana da mais-valia=mais-trabalho*.

O caráter *pós-ideológico* da leitura crociana de Marx (e, portanto, da *economia sociológica* proposta pelo jovem Croce labrioliano) está, em primeiro lugar, no fato de que o seu autor não faz sua a defesa ideológica da classe burguesa (ou seja, dos “capitalistas” de que fala, para defendê-los, o já citado Pareto, que revela que são eles o verdadeiro objetivo contra o qual se volta *Das Kapital*), defesa que visa contestar, em sua essência, a teoria do valor = trabalho vivo, acusando-a (como se torna evidente de modo particularmente claro em algumas das mais célebres escritas por Eugen von Boehm-Bawerk contra Marx, e, em geral, contra todos os promotores dessa teoria) de ser inteiramente ideológica, pois condizente não com a realidade, mas com o “mundo das fábulas (*Fabelland*)”³³. Por outro lado, também do ponto de vista marxista, a *economia sociológica* proposta pelo jovem Croce labrioliano é objetivamente *pós-ideológica*. Essa, de fato, não acolhe *ideologicamente* (= metafisicamente) a identidade valor = trabalho vivo. Ao contrário do marxismo ortodoxo promovido por Engels, ele a considera apenas parcialmente válida no mundo capitalista, justamente com base na “teoria dos obstáculos” já mencionada e formulada pelo próprio Engels.

³² Cfr. P. Sraffa, *Produzione di merci a mezzo di merci*. Einaudi: Torino, 1960 e C. Napoleoni, *Discorso sull'economia politica*. Boringhieri: Torino, 1985, pp. 15 *et seq.*

³³ E. von Boehm-Bawerk, *Zum Abschluss des Marxschen Systems*, in AA.VV., *Festgaben für Karl Knies*, Hrsg. Otto Freiherrn von Boenigk. Verlag von O. Haering: Berlin, 1896, p. 162.

Usando Engels contra Engels, o jovem Croce contesta a ideia de que o valor nasce sempre do trabalho vivo. Mas esta tese crociana (embora acolha um argumento fundamental apontado pelos economistas antimarxistas) não é concebida para negar a existência da mais-valia=mais-trabalho, mas para reconduzir a origem à desigualdade de riqueza, ou seja, ao fato de que o capital, numa sociedade capitalista, é “apropriado”: é *separado* dos proprietários da força de trabalho. Logo, Croce *considera inadequada* tanto a ideologia “obreirista” (que vê *apenas* no operário o produtor de toda nova riqueza), quanto a ideologia burguesa, que, para contestar a tese “obreirista”, deu vida à economia política marginalista (e à economia pura) para demonstrar a legitimidade do lucro e dos juros do capital. Portanto, a tese crociana pensa, em essência, um Marx que está *para além* das duas “escolas econômicas” (o dogmatismo da economia marxista que exalta o trabalho vivo e o dogmatismo econômico burguês que exalta o papel produtivo do capital e do capitalista). Estas, surgidas entre o fim do século XIX e os primeiros anos do século XX, confrontaram-se ao longo do século passado e sustentaram ideologicamente aquela disputa entre a burguesia e a classe operária que fez a história do século XX. Mas essa tese crociana não se coloca além dessa disputa. Contesta a leitura que as duas ideologias deram a ela, *não a disputa em si*.

A persistência (e o aumento) da desigualdade (a mais-valia como “fato” certo³⁴) é apontado como consequência como do modo de produção capitalista. Croce, ainda em 1899 (quando já não acredita, ao contrário do que acontecia em 1896, que Labriola possa concordar com a tese da comparação elíptica) não tem dúvidas quanto à “natureza usurpadora do lucro” e quanto ao fato de que “apenas” a teoria da mais-valia *interpretada como um parangão científico*, possa desvelar a usurpação a que o trabalho permanece submetido na sociedade capitalista³⁵. O jovem Croce, ao refletir sobre mais-valia=mais-trabalho (ao acolher, à sua maneira, a tese dos

³⁴ *Sulla concezione*, p. 17 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, p. 203]; cfr. MseEm, pp. 34 e 372. Veja-se acima nota 24.

³⁵ *Recenti interpretazioni*, p. 7: “A natureza usurpadora do lucro só pode ser afirmada quando se aplica, quase como um reagente químico, à segunda sociedade”, à sociedade capitalista, “a medida que, ao contrário, é própria de um tipo de sociedade baseada na igualdade humana, tipo “que alcançou a firmeza de um preconceito popular” (Marx)” (cf. Mat900, p. 192, e MseEm, pp. 140 e 465).

“economistas burgueses” segundo a qual o o capital é capaz de *produzir neovalor*; ou seja, ao recusar a ideia de que o neovalor seja sempre produto *exclusivo* do trabalho *vivo*, e ao destacar que o modo de produção capitalista implica a participação ativa do capital, detido pelos capitalistas, na geração de nova riqueza) não põe em questão a validade da teoria marxiana da mais-valia.

3.2 *L’obiezione alla teoria della caduta tendenziale del saggio d’interesse*

O segundo maior núcleo teórico do “Marx possível sociólogo e economista” delineado pelo jovem Croce coincide com a tese desenvolvida no ensaio de 1899 *Una obiezione alla legge marxistica della caduta del saggio di profitto*. Não volto aqui à análise pontual da argumentação desenvolvida por Croce. Limito-me a sublinhar que o núcleo dessa argumentação está em realçar ao seguinte fato: os trabalhadores que, em virtude do progresso técnico, são expulsos da produção, *são, na verdade, reempregados produtivamente no processo produtivo capitalista sem necessidade de que o capital total aumente* (isto é, sem necessidade de que o capitalista gaste mais do que antes). O progresso técnico [justamente porque é verdadeira, para Croce, a premissa de Marx segundo a qual, graças ao desenvolvimento técnico, “o próprio número de trabalhadores (...) a própria quantidade de força de trabalho, (...) consoma de maneira produtiva, durante o mesmo período de tempo uma massa sempre crescente de instrumentos de trabalho”³⁶] coincide com o aumento proporcional (dentro do processo produtivo capitalista) da quantidade dos meios de produção (ad es. das máquinas) em relação à quantidade da força de trabalho (ou seja, do número de trabalhadores); *não coincide, porém, com o aumento proporcional da quantidade de capital constante* em relação ao capital variável. Por isso, da premissa de Marx deve-se deduzir uma conclusão oposta em relação àquela apontada pelo pensador alemão: o progresso técnico comporta não o aumento, mas a diminuição do capital constante;

³⁶ *Werke*, Bd. 25, p. 222; cfr. trad. it. cit., III, p. 260. Essa premissa é mencionada e compartilhada por Croce. Ele observa que, “em virude do progresso técnico”, “com a adiantamento de bens (capitais), que antes eram reproduzidos em 5 horas de trabalho e agora são reproduzidos com 4, o operário trabalha sempre 10 horas. Antes com 5 horas, obtinha-se 10, agora, com 4, obtém-se igualmente 10” (*Una obiezione*, p. 8; cfr. Mat900, p. 220 e MseEm, p. 159).

comporta a diminuição não o aumento do capital total (quer dizer, das despesas totais sustentadas pelos capitalistas), e, por isso, não a diminuição da massa e da taxa de lucro³⁷.

Ora, aqui, convém notar que o jovem Croce, mais uma vez (assim como já havia defendido na articulação da “teoria da comparação elíptica”), argumenta *não assumindo como lei universal (=absoluta e intemporal) a lei segundo a qual o “neovalor” nasce exclusivamente do trabalho vivo*³⁸, mas, ao contrário, argumenta a partir da *constância* do “fato de que a riqueza está mais mãos dos capitalistas” (para dizê-lo com os termos empregados por Pareto: “trata-se do fato de que o ‘capital simples’ é administrado pelos capitalistas”) e que isso lhes permite *apropriar-se* do “neovalor” produzido. O ponto é que, para o Croce da *Obiezione*, o progresso técnico *não afeta* as consequências deste fato. Antes, confirma essas consequências e até as favorece. No fundo, o argumento crociano contra a queda tendencial da taxa de lucro consiste em mostrar que *o capital* (= o capitalista), justamente porque *administra e governa* o processo produtivo capitalista, acaba *inevitavelmente* por se apropriar dos *aumento* de riqueza gerado pelo progresso técnico.

4. Técnica, capital e trabalho vivo hoje

³⁷ Para a análise das diferenças entre as teses de Marx e as de Croce a respeito do progresso técnico e da lei da queda da taxa de lucro, remeto ao que foi observado em C. Tuozzolo, *Progresso tecnico e fine del lavoro in Marx*. Em *Croce e nel finanzcapitalismo*, In: C. Tuozzolo (a cura di), *Marx in Italia*. Ricerche nel bicentenario della nascita di Karl Marx. Aracne: Roma, 2020, pp. 343 *et seq.*

³⁸ Nesse ponto, minha análise coincide com as análises minuciosas desenvolvidas por Mauro Visentin, cujo recente, repentino e doloroso falecimento privou a comunidade científica, empenhada em investigar com consciência teórica histórico-crítica as teses marxistas e crocianas, de um importante interlocutor. Visentin destacou, com propriedade, a importância do fato de o marxismo ortodoxo e o próprio Marx não reconhecerem ao “trabalho morto-acumulado” a *capacidade de produzir valor de troca*. Sua tese coincide com a minha no que diz respeito ao fato de que, no fundo, no marxismo (e no próprio Marx) tende a se afirmar uma espécie de “ideologia” do trabalho vivo, que o “Marx do jovem Croce” não compartilha, demonstrando com isso a capacidade de ir além de perspectivas ideológicas e de propor um ponto de vista atento às dinâmicas *sociológicas* reais próprias do processo de produção capitalista (e hoje cada vez mais evidentes). Ao contrário de mim, Visentin atribui, porém, a fraqueza do Marx que exalta o “trabalho vivo” ao seu “humanismo” e ao fato de ele levar em conta “razões éticas” (cf. op. cit., p. 435), o que sugere uma concepção de ciência que, no jovem Croce, deixaria substancialmente de lado tais *razões* (libertando-a do pressuposto moral, o qual afastaria a investigação comparativa sociológico-econômica do caráter científico). Essa perspectiva parece, no entanto, assumir implicitamente como modelo de “cientificidade” a “ciência” tal como foi definida pelas análises de G. Della Volpe e de L. Colletti (conhecido mestre de Visentin em seus primórdios marxistas), enquanto (como procurei destacar ao relembrar a contínua polêmica do primeiro Croce com a economia como ciência “de conceitos” produzida por *cientistas de gabinete*) o modelo de cientificidade do primeiro Croce pressupõe uma perspectiva epistemológica “neokantiana” que concebe a cientificidade do marxismo (ou seja, a *cientificidade* da sociologia econômica concreta, histórico-comparativa) sem deixar de lado, de forma alguma, o interesse ético-político (e, em particular, o “valor da igualdade”).

O eixo da leitura crociana do *Capital* de Marx volta a evidenciar a “natureza usurpadora do lucro” (negada pelos economistas *puros*)³⁹ é, portanto, constituído pela constatação da impossibilidade de considerar o “neovalor” como originado, em todo tempo e lugar, exclusivamente do trabalho vivo (e, assim, da impossibilidade de excluir que trabalho *acumulado*, *máquinas e técnica* cooperem na geração de valor). Trata-se de uma leitura que convida a sair da “ideologia do trabalho”⁴⁰, ainda que esta tenha sido um suporte eficiente durante os séculos XIX e XX, para o movimento operário e o crescimento dos direitos trabalhistas. No entanto, hoje, essa *ideologia* corre o risco de enfraquecer a análise dos verdadeiros processos produtivos do capitalismo hiper tecnológico contemporâneo, os quais, como lembramos, são afirmados pelo *fim do trabalho*, ou seja, pela progressiva substituição dos homens pelas máquinas.

³⁹ *Recenti interpretazioni*, p. 7; cfr. Mat900, p. 192 e MseEm, pp. 140 e 465. Veja-se acima nota 35.

⁴⁰ A “ideologia operista”, objeto desta minha reflexão, é bem explicitada, por exemplo, pela afirmação, criticada por R. Finelli, segundo a qual: “Valor-trabalho significa, em primeiro lugar, a força de trabalho e, em seguida, o capital (...). O trabalho é a medida do valor porque a classe operária é a condição do capital. Essa conclusão política é o verdadeiro pressuposto, o ponto de partida da própria análise econômica marxista” (M. Tronti, *Operai e capitale*. Einaudi: Turim, 1971, pp. 223-224). Finelli (no ensaio citado *Marxismi italiani*) observa oportunamente que Tronti, ao propor essas teses (ao contrário de Panzieri, que corretamente destaca, de forma realista, a fragilidade do “vendedor da (...) força de trabalho”, ressaltando que ele “entra em relação com o capital apenas como indivíduo” (p. 30) realiza uma decisiva “jogada teórica (...) metafísica”, que identifica como “verdadeiro sujeito” (“lógico/ontológico”) “a força de trabalho” (“e (...)”, consequentemente, o capital como seu predicado” (p. 30)). O operaísmo em Tronti abandona, portanto, o caminho da “sociologia crítica do trabalho capitalista” e torna-se “uma metafísica da subjetividade operária” (p. 29). Uma metafísica que concebe essa subjetividade como um “sujeito, autônomo e autorreferencial, fora do nexo com o objeto” (concebendo-a com base em “referências implícitas à doutrina do ato de Giovanni Gentile”, além de um “decisionismo (...) impregnado da vontade de poder nietzschiana” (p. 30). Realiza-se, assim, “uma verdadeira transubstanciação da matéria em espírito”, operada por um “decisionismo teológico” que transforma a “força de trabalho” (que, na verdade, é “sinônimo de pobreza absoluta – por estar separada de qualquer possível relação de propriedade e de utilização com o mundo-ambiente”) no “ator de máxima potência social” (p. 31). O operaísmo de Tronti (influenciado por G. Della Volpe e por sua “recusa da tradição dialética e do hegelianismo”) realiza, portanto, para Finelli, “uma distorção ontológica e lógica sobre a categoria da negação” que transforma “com muita desenvoltura, uma oposição assimétrica, na qual um polo é dominante sobre o outro, pois ocupa e possui todo o mundo dos meios de produção, em uma relação contraditória, na qual um termo é, reciprocamente, a negação do outro” (p. 31). Em essência, o operaísmo de Tronti não leva em conta “até que ponto a relação entre capital e força de trabalho” é “estruturalmente uma relação assimétrica entre duas polaridades opostas, na qual a primeira” é, “por princípio, invasiva e dissolutiva da existência da outra” (p. 32). Essas considerações de Finelli captam plenamente a efetiva deturpação de Marx realizada pelo “operaísmo”, que se transformou em “uma metafísica da subjetividade operária” distante do “Marx sociólogo do jovem Croce”; e próxima, ao contrário, do “Marx de Gentile” e, de maneira mais geral, do *atualismo*. Nesse sentido, a meu ver, a tese que identifica na “leitura gentiliana de Marx” uma fonte decisiva do “ativismo” contemporâneo deve, não apenas ser decididamente confirmada no que diz respeito ao “início do século XX” (cf. a observação de S. Petrucciani que, nesse ponto, destaca afinidades entre “as ideologias que desembocam no fascismo” e “aquelas de orientação bolchevique”; cf. S. Petrucciani; E. Piromalli, *Idee e il poter*. Il pensiero politico contemporâneo. Einaudi: Turim 2026, p. 81), mas *também estendida até o presente milênio* (e, em particular, até as famosas teses sobre o “Império” e a “multidão” delineadas por Toni Negri e Michael Hardt).

As indicações feitas pelas leituras crocianas de Marx parecem, por isso, poder desempenhar uma função cognoscitiva positiva. Elas indicam o caminho de uma compreensão do domínio do capital sobre os homens e dos processos através dos quais o capital se apropria do neovalor que lê estes últimos como resultado exclusivo da *propriedade privada dos meios de produção* (isto é, da presença do “capital apropriado”). É uma leitura que, como se viu, se põe além da disputa ideológica sobre a *origem* do “mais-produzido” entre os economistas defensores dos burgueses e os defensores dos trabalhadores (do trabalho vivo). Logo, ela fornece lentes para observar o tecnocapitalismo pós-burguês, pós-industrial e pós-empresendedor. É esse um capitalismo da renda e das finanças, que faz reemergir os antigos *elementos parasitários* característicos dos exórdios do capitalismo burguês moderno que, no passado, me induziram mais de uma vez, ao defini-lo como “capitalismo usuário”⁴¹. Para compreendê-lo, parecem-me um *valioso auxílio as reflexões crocianas* que, no desenvolvimento técnico e na consequente diminuição progressiva do peso do trabalho vivo no processo produtivo capitalista, *não veem um enfraquecimento*, mas antes um aumento da massa e da taxa de lucro; e que, portanto, identificam um *robustecimento da força usurpadora* (evidenciada pela teoria da mais-valia) que o capital (cada vez mais autônomo) exerce sobre “nossas vidas”⁴².

O tema da usurpação das nossas vidas por parte da potência técnica, das máquinas inteligentes (em primeiro lugar, as inteligências artificiais), é hoje de premente atualidade. O perigo é, no mundo contemporâneo, que o homem e a própria ideia de modernidade que, sem cair numa exaltação ideológica do “trabalho vivo”, se recusa a conceber este último, o “trabalho”, como “simples instrumento”, pensando-o, ao contrário, como aquilo que “exprime e amplia a dignidade da nossa vida”: como “exigência inscrita na vida humana”⁴³. A defesa da vida humana,

⁴¹ Sobre essa questão, envio, entre outros, às reflexões encontradas em C. Tuozzolo, “Alienazione come pluslavoro nel capitalismo finanziario-usuraio. Sraffa, Napoleoni e Marx”, *Giornale critico di storia delle idee*, vol. 5, 2013, p. 205-230, (disponível em: <http://www.giornalecritico.it>).

⁴² Finelli (cf. *Un parricidio compiuto*, cit.), ao abordar o tema fundamental do capital = “abstração praticamente verdadeira” (p. 36; ver também p. 208), descreveu com grande eficácia a condição psicológica e ontológica atual de uma humanidade cada vez mais dominada pelo Abstrato = Capital, observando que “hoje” “todos nós sentimos e sofremos com a abstração que esvazia nossas vidas e que se impõe (...) como o verdadeiro Ser do nosso Ser” (p. 40).

⁴³ É esta a definição do trabalho dada por Leão XIV na encíclica de 15 de maio de 2026, *Magnifica humanitas*, § 149.

e da própria humanidade, passa, então, por uma clara tomada de consciência da necessidade de subtrair as nossas vidas concretas ao domínio da Abstrata, *impessoal*, riqueza (que tende para o auto crescimento), mas passa também pela tomada de consciência do *nosso corpo concreto*, que se perde se a humanidade, impulsionada pelo mito do progresso técnico, aceitar deixar-se substituir por completo, no processo produtivo (e, em geral, em todos os âmbitos da vida) pelas máquinas, e em particular pelas *máquinas inteligentes*. A questão é que não podemos deixar que tais máquinas se encarreguem de *nossas vidas*, porque elas não sabem nem podem se preocupar conosco: passam por cima de nós; e, como potências cegas, mostram-se completamente indiferentes à nossa destruição, por guerras, carestias, desastres ambientais etc.

Com efeito, “as chamadas inteligências artificiais não vivem de uma uma experiência, não têm um corpo, não passam por alegrias e dores, não amadurecem na relação, não conhecem por dentro o que significa amor, trabalho, amizade e responsabilidade”⁴⁴. Apenas tendo em mente o caráter “ideal” e “absoluto” desses valores morais que podemos ver de novo de modo crítico na realidade social, superando, seguindo as indicações do jovem Croce “marxista”, aquele modo abstrato de ler o processo socioeconômico que caracteriza (ainda hoje) a “economia pura”⁴⁵.

Referências

- CROCE, B. *Conversazioni critiche*. Laterza: Bari, 1924-1939.
- CROCE, B. *Le teorie storiche del prof. Loria*, R. Tipografia Francesco Giannini & Figli: Napoli: 1897 (também em tradução francesa em “Le Devenir Social”, II, 1896, pp. 881-905, com o título: *Les théories historiques de M. Loria*).
- CROCE, B. *Materialismo storico ed economia marxistica*. A cura di M. Rascaglia e S. Zoppi Garampi, nota al testo di P. Craveri, 2 vol. Bibliopolis: Napoli, 2001.
- CROCE, B. *Materialismo storico ed economia marxistica. Saggi critici*. Remo Sandron: Milano; Palermo, 1900.
- CROCE, B. *Per la interpretazione e la critica di alcuni concetti del marxismo. Memoria letta all'accademia Pontaniana nella tornata del 21 novembre 1897 dal socio residente Benedetto Croce*. Stab. Tipografico della R. Università: Napoli, 1897 (extraído do volume XXVII dos Atti da Accademia Pontaniana); ed. francesa: *Essai d'interprétation et de critique de quelques concepts du marxisme*, em “Le Devenir Social”, 1898, pp. 97-126 e 233-50.
- CROCE, B. *Recenti interpretazioni della teoria marxistica del valore e polemiche intorno ad esse*. Extraído de “Riforma sociale”, fasc. 5, anno VI, volume IX – Seconda serie. Ruox Frassati e Co: Torino, 1899.

⁴⁴ Op. cit., par. 99.

⁴⁵ *Sulla concezione*, pp. 12-3 [em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, pp. 198-9]. Cfr. acima nota 25.

- CROCE, B. *Sulla concezione materialistica della storia*. Tipografia della Regia Università: Napoli, 1896 (extraído do vol. XXVI dos *Atti da Academia Pontaniana*). Também em Croce; Tuozzolo, *Il materialismo*, pp. 185-209.
- CROCE, B. *Una obiezione alla legge marxista della caduta del saggio del profitto*. Stab. Tipografico della Regia Università: Napoli, 1899.
- CROCE, B.; TUOZZOLO, C. *Il materialismo storico*. Aracne: Roma, 2024.
- CUTINELLI-RENDINA, E. *Benedetto Croce. Una vita per la nuova Italia. I. Genesi di una vocazione civile (1866-1918)*. Arago: Torino, 2022.
- D'ANGELO, P. *Benedetto Croce. La biografia. I. Gli anni 1866-1918*. Il Mulino: Bologna, 2023.
- FINELLI, R. "Marxismi italiani". In: C. TUOZZOLO, C. (Ed.), *Sul Marx in Italia*. Mimesis: Milano, 2022, pp. 19-38.
- FINELLI, R. *Un parricidio mancato. Hegel e il giovane Marx* (Bollati Boringhieri: Torino, 2006)
- FINELLI, R. *Un parricidio compiuto. Il confronto finale di Marx con Hegel* (Jaca Book: Milano, 2014),
- GALLINO, L. *Finanzcapitalismo*. Einaudi: Torino, 2011.
- GENTILE, G. *La filosofia di Marx*. Enrico Spoerri: Pisa, 1899.
- LABRIOLA, A. *I problemi della filosofia della storia. Prelezione letta nella Università di Roma il 28 febbraio 1887*. Loescher: Roma, 1887.
- LEÃO XIV. *Magnifica humanitas*. Cidade do Vaticano: Santa Sé, 2025. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/it/encyclicals/documents/20260515-magnifica-humanitas.html>.
- MARX, K. *Il Capitale*. T. I. Editori Riuniti: Roma, 1980.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Werke* Bd. 23, Berlin 1962.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Werke* Bd. 25, Berlin 1964.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Werke* (MEW), Bd. 23, pp. 99-100.
- NAPOLEONI, C. *Discorso sull'economia politica*. Boringhieri: Torino, 1985.
- PARETO, V. *Introduction a Le Capital. Edizione critica con il testo a fronte e le risposte di Turati, Bissolati, Guindani e Lafargue*, A cura di P. Della Pelle, *Prefazione* di C. Tuozzolo. Aracne: Canterano, 2018.
- PETRUCCIANI, S.; PIROMALLI, E. *Idee e il potere. Il pensiero politico contemporaneo*, Einaudi, Torino 2026.
- SRAFFA, P. *Produzione di merci a mezzo di merci*. Einaudi: Torino, 1960.
- TRONTI, M. *Operai e capitale*. Einaudi: Turim, 1971.
- TUOZZOLO, C. (Ed.), *Marx in Italia*. Ricerche nel bicentenario della nascita di Karl Marx. Aracne: Roma, 2020.
- TUOZZOLO, C. Alienazione come pluslavoro nel capitalismo finanziario-usuraio. Sraffa, Napoleoni e Marx. *Giornale critico di storia delle idee*, vol. 5, 2013, p. 205-230, (disponível em: <http://www.giornalecritico.it>).
- TUOZZOLO, C. *Marx possibile*. Benedetto Croce teorico marxista 1896-1897. Milano: Franco Angeli, 2008.
- TUOZZOLO, C. Progresso tecnico e fine del lavoro in Marx, in Croce e nel finanzcapitalismo. In: TUOZZOLO, C. (Ed.), *Marx in Italia*. Ricerche nel bicentenario della nascita di Karl Marx. Aracne, Roma 2020, tomo I.
- TUOZZOLO, C. Un aspetto dell'incidenza dell'Introduction di Pareto sul 'paragone ellittico' di Benedetto Croce. Disponível em: <https://ricerca.unich.it/handle/11564/715451>.
- VON BOEHM-BAWERK, E. *Zum Abschluss des Marxschen Systems*. In: AA.VV., *Festgaben für Karl Knies*, Hrsg. Otto Freiherrn von Boenigk. Verlag von O. Haering: Berlin, 1896.

Recebido em: 07/07/2026

Aprovado em: 30/07/2026

Claudio Tuozzolo

É professor titular de História da Filosofia na Universidade de Chieti-Pescara (Itália). Realizou pesquisas sobre a influência do "segundo Schelling" na história do hegelianismo do século XIX, estudos sobre idealismo e neoidealismo e análises relativas às correntes fenomenológicas e hermenêuticas do século XX, a filosofia

neokantiana, o marxismo e os problemas da globalização capitalista-financeira. Publicou, entre outros, os volumes: *Schelling e il “cominciamento” hegeliano* (Prefácio de X. Tilliette, 1995); *H.-G. Gadamer e l'interpretazione come accadere dell'essere* (1996); *Dialettica e norma razionale. Bertrando Spaventa interprete di Hegel* (1999); *Emil Lask e la logica della storia* (2004); *Il “Marx possibile”. Benedetto Croce, teorico marxista, 1896-1897* (2008), *Marx in Italia* (2020), *Sul Marx in Italia* (2022), *B. Croce. Il materialismo storico* (2024), *Silvio Spaventa. Giustizia amministrativa e giustizia sociale* (2026).